

A feira livre de Caetité-Bahia: deslocamentos, cotidiano e educação informal

The open market in Caetité-Bahia: travel, daily life and informal education

Jumara Carla Azevedo Ramos Carvalho
Daniel Coelho de Oliveira
Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)
Montes Claros-Brasil

Resumo

O presente estudo objetiva desenvolver uma análise teórica a respeito da feira livre em Caetitéⁱ, na Bahia, desde o seu surgimento no Largo do Severino (Praça da Cadeia) até a transferência para a Praça do Mercado, no ano de 1966. Analisamos seus deslocamentos para outros espaços da cidade que atendessem as novas propostas do poder público municipal em urbanizar, expandir progresso e habitar outras áreas em função do crescimento econômico local. O estudo aborda também o cotidiano e a educação informal presentes nas ações dos feirantes na arte de vender, comprar, conversar e fazer a feira. Conclui-se que a feira se configura como um espaço destinado para o comércio, mas também um espaço de sociabilidades onde as pessoas se encontram, mantêm e ampliam suas redes de sociabilidades.

Palavras-chave: Feira; Deslocamentos; Cotidiano; Educação informal.

Abstract

This paper aims to develop a theoretical analysis regarding the street market in Caetité, Bahia, since its emergence in Largo do Severino (Praça da Cadeia) until its transfer to Praça do Mercado, in 1966. We analyzed its displacements to other spaces in the city that would meet the new proposals of the municipal public authorities to urbanize, expand progress and inhabit other areas due to local economic growth. The study also addresses the daily life and informal education present in the actions of market traders in the art of selling, buying, talking and holding the fair. It is concluded that the fair is configured as a space intended for commerce, but also a space for sociability where people meet, maintain and expand their sociability networks.

Keywords: fair; displacements; daily; informal education.

1. Introdução

“Dia de festa” é o significado atribuído à palavra feira, que deriva do latim (*feria*). Em português refere-se a um local público destinado à venda, a compra e a troca de mercadorias (Ferreira, 2017), onde se comercializam gêneros agrícolas, pecuários, extrativistas e artesanais. Responsável pela dinâmica econômica, social, cultural e política de uma região, a feira também é um espaço de sociabilidade, local em que pessoas se encontram, mantêm e ampliam suas redes sociais. Trata-se de práticas que ultrapassam os limites das relações econômicas.

A feira livre compõe-se como um espaço de caráter democrático, diversificado e cultural com “transformações que ressignificam a todo instante a memória dos que frequentam, representando suas identidades, mesmo que de caráter múltiplo” (Araújo, 2013, p. 17), pois a feira se caracteriza, também, como um espaço de saberes, fazeres e sabores inseridos nas práticas cotidianas dos atores sociais que habitam esse local.

Se analisarmos seu contexto histórico, desde a antiguidade consta a existência da “feira” no ocidente, onde se realizavam trocas de mercadorias entre as pessoas e em diferentes lugares para sanar suas necessidades básicas. Com o passar dos tempos, essas feiras, principalmente na Europa Ocidental, passaram a incorporar novos elementos que não estavam apenas voltados para o comércio, mas também para o entretenimento, diversão, encontros amorosos, busca de novidades e lazer (Burke, 1989).

Durante a Idade Média as autoridades passaram a incentivar a formação das feiras com o objetivo de aumentar o fluxo de recursos para as localidades em que elas estavam inseridas. Despontando como causa de formação das primeiras feiras a produção dos excedentes agrícolas e, com eles, a necessidade de estabelecer trocas por produtos diferentes, promoveram, portanto, um crescimento econômico nos lugares e regiões em que existiram (Souza, 2004). Vale ressaltar que, com o advento do capitalismo, esse ambiente de troca passou a ganhar um valor econômico bem maior, devido à circulação do dinheiro e o poder aquisitivo que ali era imposto. Podemos citar, ainda, o surgimento e crescimento de várias cidades que se transformaram em grandes centros econômicos da região em decorrência das feiras, das aglomerações de pessoas e das comunicações entre os grupos que se concentravam ao seu redor, movendo e transformando a economia local (Weber, 1979).

Em terras brasileiras, segundo Luís Roberto de Barros Mott (1975), a existência das feiras remete ao período colonial, 1548, quando o rei Dom João III enviou o Regimento para o Governador Geral ordenando: “que nas ditas vilas e povoados se faça em um dia de cada semana, ou mais, se vos parecerem necessários, feira” (Mott, 1975, p. 309). O autor aborda, também, em suas pesquisas, o não cumprimento do regimento e o envio de outro documento, 40 anos depois, para que o governador da Bahia estabelecesse feiras nas povoações das capitanias.

Em relação à presença das feiras no interior no Brasil, em um período mais recente, especificamente na cidade de Caetité, também identificamos esse tipo de prática comercial. Nas fontes obtidas através dos Registros de Posturas faz-se menção à localização da feira nessa cidade, no ano de 1871: “Fica destinado para a feira e mercado público de todos os generos do consumo diario, a praça da cadeia” ou Largo do Severino. Embora esses dados não sejam precisos quanto à data específica, fato é que a feira existia desde os primórdios da cidade.

O primeiro espaço de funcionamento da feiraⁱⁱ foi a Praça da Cadeia ou o Largo do Severino até o ano de 1897, quando houve a sua transferência para um outro espaço no Largo do Alegre, atual Praça Rodrigues Lima. Esse local era considerado o “centro comercial da cidade” (Santos, 1976, p. 129), no qual havia escolas, estabelecimentos comerciais, residências e um mercado públicoⁱⁱⁱ que funcionou por 69 anos, até a sua demolição.

Bem localizado, amplo e na parte central da cidade encontrava-se o Mercado Público (1897-1966) – espaço construído para a realização da feira. Este, além de ser um espaço comercial, foi também um espaço social, cultural e político na cidade de Caetité. Esse local foi registrado por câmeras fotográficas (Figura 1) da época, que conseguiram captar através de suas lentes a dinâmica comercial e social em um dia de feira.

Figura 1: Mercado Público de Caetité-BA (1897-1966)



Fonte: Domínio Público.

As fotografias, além de guardarem as imagens, as memórias individuais e coletivas, também nos auxiliam a compreender amplos aspectos da dinâmica social, cultural e econômica das cidades. Elas capturam a imagem pelo olhar do fotógrafo e nos possibilitam analisar os registros do passado não só de forma descritiva, mas, ao mesmo tempo, no intuito de interpretar as subjetividades contidas nas imagens fixas, que nos fazem pensar nos sentidos e significados que elas representam. Expor a imagem registrada de um dia de feira na cidade de Caetité-BA significa, ao mesmo tempo, apresentar esse espaço destinado ao comércio, mas também permeado de redes de sociabilidades, marcada pelo cotidiano dos sujeitos que trabalhavam e frequentavam a feira.

Ao observar a fotografia, é possível perceber a constituição da feira livre em Caetité, seu funcionamento na área interna do mercado, bem como na área externa e as ações cotidianas dos feirantes e fregueses na arte de vender, comprar, conversar e fazer a feira. Esse registro das ações cotidianas em feiras livres é analisado por Viviane Vedana (2004, 2008, 2013) sobre os feirantes dos mercados de rua no Brasil, cidades de Porto Alegre e São Paulo, na França em *marchés* de Paris (2004 e 2008) e na defesa de que esses (as) trabalhadores (as) não se constituem como sujeitos alienados de sua força de trabalho; ao contrário, como donos dos seus próprios negócios não se consideravam explorados e podiam se tornar autônomos, conquistar sua estabilidade financeira e investir na sua propriedade.

Em outra pesquisa, Vedana (2013) verifica que o trabalho dos (as) feirantes estava amparado em suas habilidades de construir laços sociais e na forma como eles promoviam sociabilidades no ambiente da feira. A autora defende que as práticas cotidianas que identificamos e podemos vivenciar nesses espaços são, na verdade, uma sistematização de saberes e experiências, construídas no dia a dia daqueles que ali convivem e interagem. Ela enfatiza que os (as) trabalhadores (as) das feiras dispõem de conhecimentos sobre economia, agricultura, importações e estão a par das transformações urbanas e rurais. Reflete sobre as constituições desses aprendizados nas feiras fundados nos laços de sociabilidades construídos nos momentos em que eles acontecem, e que a relação entre feirantes, fregueses (as), colegas e fornecedores é a base em que se constroem os conhecimentos que “fazem” o (a) feirante, e que perpetuam um conjunto de saberes que compõem a cultura da feira.

Neste sentido, a feira pode ser compreendida com base em Brandão (2013), como um domínio que une indivíduos e suas formas de atividades, locais e estruturas de vida e trabalho, ou seja, não são extensões vazias. Ela representa um espaço socialmente construído e politicamente autorizado em alinhamento com os princípios das conexões internas de conhecimento e autoridade, onde as pessoas compartilham conhecimento, modos de compreensão e princípios (Brandão, 1986). No curso cotidiano das ações que constituem o tecido da vida diária, conforme postulado por Michel de Certeau (2011), estariam as ocorrências rotineiras que nos são concedidas diariamente.

Essa feira, na Praça Rodrigues Lima, esteve presente na cidade por 69 anos – desde a sua inauguração no ano de 1897 até o ano de 1966^{iv} quando ocorreu a demolição do Mercado Público e a transferência da feira livre, pela terceira vez, para um novo espaço, “Praça do Mercado – ainda sem nome oficial” (Santos, 1997, p. 297), mas com projeção de um lugar para ser o “novo ou mais” um centro comercial da cidade. Instalada na Praça do Mercado, a feira encontra-se presente até os dias atuais.

No cenário local, a feira livre de Caetité está localizada no centro da cidade, na Praça do Mercado, porém, se recuarmos ao ano de sua inauguração, em 1966, veremos que este novo espaço foi criado para expandir a cidade e deslocar o centro econômico para um outro espaço: a Praça do Mercado, lugar mais espaçoso, um bairro em formação, distante do centro da cidade, mas também um local sem condições de infraestrutura. Favorecer o progresso, modernizar a cidade, inaugurar uma nova obra e construir um mercado mais

amplo talvez fossem os motivos para a transferência da feira. Sua inauguração representou para a população caetiteense um divisor de opiniões que foram registradas nos livros dos memorialistas, nos registros da paróquia e nas entrevistas já realizadas:

O Im. Prefeito, não sei porquê Deus queira não haja algo entendeu de inaugurar hoje o Mercado que construiu, mas que não terminou ainda. O acabamento interno é pouco e está aberto. Inaugurou sem terminar. [...] o Sr Bispo me falou da revolta do povo e respondi que o povo não se revoltou contra a construção do Novo, mas com a picardia do Prefeito em querer demoli logo o Velho Mercado construído em 1897 (Magalhães, 1966, p. 8).

Sobre os registros memorialísticos, Marina Maluf cita: “É importante observar que os registros memorialísticos devem ser lidos e analisados como fochos de luz sobre realidades que se pretende conhecer mais profundamente, como pistas e como modo de despistar [...]” (Maluf, 1995, p. 45). Seguindo esses “fochos de luz” da memória registrados no Livro de Tombo da Paróquia de Santana da Sé de Caetité, do ano de 1966, o Monsenhor Osvaldo Magalhães deixa mais um registro sobre a inauguração da feira: “Désde a alta Madrugada ninguém mas dormiu. Os fogos cahiram os Ceus, como para acordar a População e feri o Coração dos Velhos, dos que preferiam uma cidade velha mas moralizada. Hojê mêmso, o próprio Prefeito iniciou a derrubada do Velho Mercado”^{vi}.

A memorialista Helena Lima dos Santos, em seus escritos, também registrou a demolição do antigo mercado e as transformações trazidas pelo progresso: “Rodrigues Lima – antigo Largo do Alegre [...] Aí ficava o mercado e que foi demolido em 1966. Esta praça era o centro comercial da cidade, tendo sofrido grande transformação com os novos traçados que o progresso trouxe” (Santos, 1976, p. 129). Como endosso às discussões anteriores, podemos registrar as memórias de Flávio Neves sobre o mercado: “edificação ampla que, ao que me informaram, alguma administração dita progressista resolveu destruir” (Neves, 1986, p. 34).

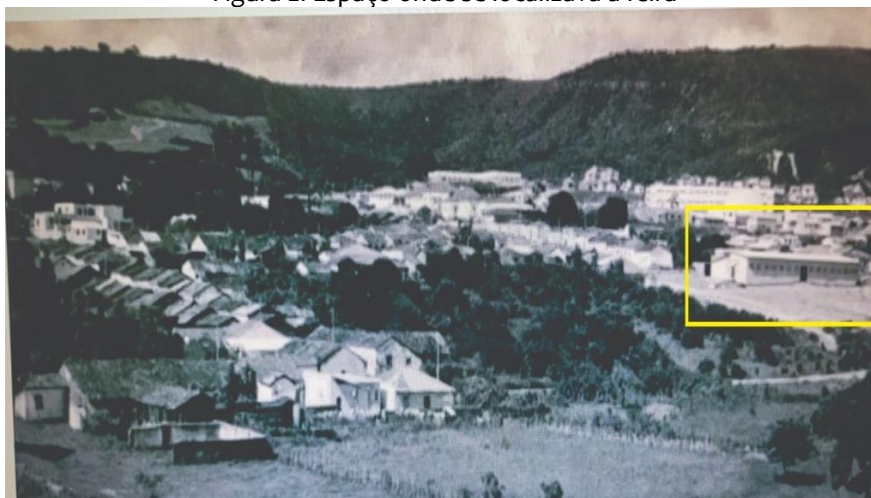
Em meio a esse clima de desagravo político, o mercado foi inaugurado no dia 1º de abril de 1966, último ano da administração municipal do prefeito José Neves Teixeira. Talvez esse tenha sido o motivo de uma inauguração com a obra inacabada, entregue às pressas e construída em um brejo, como reforçam as primeiras feirantes^{vii} da cidade: “Isso aqui era brejo. [...] Era cheio de água e mato”^{viii}, “tinha pouca casa”^{ix} e um “barracozão [...] que só tinha um banheiro”^x e, na parte interna “[...] Era de meia parede [...]. Os bancos

era lá jogado de todo jeito. Cachorro lambia as bancas e no outro dia as carnes ia pra cima”^{xi}. Esses registros trazem à tona uma visão “de perto e de dentro” (Magnani, 2002) das trabalhadoras da feira livre que tiveram de se deslocar, adaptar, instalar, comercializar e conviver em um espaço precário e em formação.

Sem a infraestrutura e a higiene adequadas, o novo mercado foi planejado para futuros empreendimentos econômicos e expansão da cidade, pois, segundo a concepção de Henri Lefebvre (2008), o espaço não deve ser percebido como inocente, uma vez que não é simplesmente um produto de origens naturais, mas sim uma entidade especulativa e estratégica moldada pelas intenções de seus criadores. Pode-se dizer que esse espaço da feira seria a porta de entrada da cidade, uma vez que estava demarcada a poucos metros de distância pela rodovia (BR 030) que interligava o município a outras cidades circunvizinhas da região. Fazer desse espaço um lugar propício para o comércio era um dos objetivos de seus idealizadores.

Na fotografia^{xii} (Figura 2), a seguir, observa-se a presença de áreas verdes, sinalizadas nas entrevistas como brejo, que, após a expansão do bairro, foram desmatadas para construções de novos estabelecimentos destinados ao comércio dos mais variados gêneros. Possuir um terreno nesse novo endereço da feira significava, ao mesmo tempo, contribuir com o projeto de urbanização da cidade, mas também fomentar o desenvolvimento local.

Figura 2: Espaço onde se localizava a feira



Fonte: Domínio Público.

A fotografia acima captou a imagem desse espaço, desse bairro considerado centro da cidade, das casas, do mercado e de uma área para a realização da feira na parte externa.

A feira livre de Caetité-Bahia: deslocamentos, cotidiano e educação informal

Esse espaço vago serviu para a construção de novos galpões e ampliação da feira anos mais tarde. O que pode ser comprovado na Figura 3 (vista panorâmica), seguinte, da constituição atual da feira livre em Caetité-Bahia.

Figura 3: Imagem panorâmica da cidade e localização da feira



Fonte: Domínio Público.

Desde a sua inauguração, no ano de 1966, o mercado serviu como local de comércio interno, com seus boxes para a comercialização de diversos gêneros que chegavam até a feira para serem vendidos. Em seu entorno, os feirantes aproveitavam para montar as barracas e as bancas com paus fincados no chão e cobertas com lona. Outros feirantes depositavam seus produtos sob uma lona ou pano no espaço livre da praça ou mesmo dentro dos balaies, no chão da rua (Figura 4). As feiras eram realizadas três dias da semana: quarta-feira, sexta-feira e aos sábados e contava com feirantes que vinham da zona rural do município, da zona urbana e de cidades vizinhas.

Figura 4: Imagem de um dia de feira em Caetité a partir de 1966



Fonte: Cedida pelo professor João de Oliveira Chaves Neto.

A fotografia^{xiii} anterior retrata um dia de feira com uma grande movimentação entre os feirantes, fregueses e pessoas comuns que estavam naquele espaço não apenas para comprar, mas também para conversar e se divertir. Alocados na área externa da feira, esses feirantes, ao término do dia de trabalho, recolhiam toda a sua mercadoria/produto e retornavam em outros dias que a feira acontecia. Em sua maioria, esses feirantes eram oriundos da zona rural do município e de regiões vizinhas e frequentavam a feira nos dias de maior movimento – sexta-feira ou sábado. Sem local apropriado, muitos feirantes comercializavam ali mesmo, no chão, expondo suas mercadorias em cima de lonas, esteiras e balaios^{xiv}, num registro “fiel” do cotidiano captado pelo olhar de um fotógrafo. Um cotidiano permeado de tática e estratégia^{xv} entre os feirantes, os fregueses e o poder público.

Esse cotidiano pode ser analisado, segundo Henri Lefebvre (1991), como um espaço da reprodução social, onde as pessoas vivem e experimentam sua existência diária, mas também como um espaço potencial para a transformação social. Esse cotidiano, para o autor, abrange as experiências e vivências subjetivas das pessoas em seu dia a dia, nas suas rotinas, nas atividades habituais, pessoais, emocionais, bem como as lembranças do mundo ao seu redor e a maneira como elas interpretam e dão sentido ao mundo e à sua existência no dia a dia.

Em seus estudos, Lefebvre (1991) aborda a necessidade de compreender e explorar a vida cotidiana para a compreensão completa da experiência humana na sociedade contemporânea, devido ao fato de que a vida cotidiana esconde aspectos enigmáticos e louváveis que escapam a estruturas complexas. O autor ainda postula que a vida cotidiana consiste em dobras, de circunvoluções. Esse fenômeno é caracterizado por oscilações perpétuas das instâncias históricas às ocorrências atuais e vice-versa, que vão do estranho ao familiar (cotidiano) e do familiar ao estranho.

Analisar a feira livre e o cotidiano dos feirantes significa trazer para o debate as ações cotidianas desses sujeitos ordinários com experiências singulares e originais e seus modos de saber, porquanto “trata-se de um saber não sabido. Há, nas práticas, um estatuto análogo àquele que se atribui às fábulas ou aos mitos, como os dizeres de conhecimentos que não se conhecem a si mesmos” (Certeau, 2011, p. 134). Esse conhecimento está intrinsecamente entrelaçado com o que pode ser descrito como

“formas de fazer”, que abrangem uma infinidade de práticas por meio das quais os indivíduos reivindicam a agência sobre os ambientes estruturados pelas técnicas da produção sócio-cultural. Ou seja, o processo de reapropriação é crucial para entender como os sujeitos navegam e interagem com o ambiente de uma maneira que vai além das normas e expectativas convencionais (Certeau, 2011).

Esses saberes e fazeres podem ser aprendidos na feira livre por meio da educação informal passada pelos feirantes, com suas práticas cotidianas, seus deslocamentos, com os movimentos de resistência e de transformação que modificam o cotidiano no encontro com o outro por meio das narrativas. Nas palavras Certeau (2011), tal cenário constitui complexas interconexões entre várias entidades presentes no espaço, que se unem para criar uma rede sofisticada, dentro da qual os personagens navegam a fim de delinear os procedimentos formais necessários e as ofertas vantajosas. Trazer essas narrativas na pesquisa implica também buscar brechas, dialogar com elas, valorizar o indizível, pois os silêncios expressam, enunciam e denunciam situações por eles vividas. Esse processo também envolve o ato de evocar uma memória que não tem um lugar específico, permanecendo oculta até o ponto em que ela escolhe se manifestar, aparecendo no “momento apropriado”, de uma maneira que ainda está limitada pelo tempo. O brilho dessa memória torna-se aparente no devido tempo.

Experiências e habilidades estão presentes no universo da feira livre como um espaço para a viabilização de uma educação informal baseada no cotidiano, nas construções individuais e/ou coletivas e nas relações mútuas entre diferentes sujeitos envolvidos – crianças, jovens, adultos e idosos –, atores sociais que compõem a feira. Braudel (1998) confirma essa ideia de que a feira livre é um lugar onde se estabelecem as relações sociais e porque não dizer, segundo o autor, também relações educacionais entre diversos sujeitos, dado que a feira se configura como “um centro natural da vida social”, ou seja, como um local de transmissão, permanência e transformação dos saberes, fazeres e das práticas cotidianas que resistem e lutam para sobreviver no contexto da contemporaneidade.

Essa educação informal, na visão de Patrício (2019), pode ser caracterizada como uma forma natural e não estruturada de aquisição de conhecimento, que ocorre por meio de experiências de aprendizagem não intencionais. Não é algo planejado ou coordenado de forma sistemática, mas decorre de um ponto de vista e está enraizado em encontros

práticos. Esse tipo de aprendizagem ocorre dentro dos ambientes comuns da vida diária, onde os indivíduos se envolvem em interações sociais com colegas, parentes e a comunidade em geral. Nesse sentido, percebemos como as práticas cotidianas dos feirantes estão em consonância com a ideia da feira livre como um espaço para a educação informal, permeada por uma quantidade de atividades desenvolvidas por esses sujeitos de maneira dinâmica, autônoma, não organizadas, mas também espontâneas.

Ao analisar a educação informal, Gohn (2006), em seus estudos, a define como uma prática educativa sem padrão de organização em que o conhecimento não é sistematizado, se comparada com a educação formal. No entanto, ela tem uma dinâmica própria de ser repassada, que ocorre a partir das experiências já vivenciadas, isto é, o passado orienta o presente, que atua tanto no campo dos sentimentos como das emoções. Como afirma Gohn (2006), trata-se de um processo contínuo e não organizado. Logo, a educação informal serviria como um mecanismo para a socialização dos indivíduos, promovendo o cultivo de hábitos, atitudes, comportamentos e modos de engajamento cognitivo e expressivo no domínio da linguagem. Esse processo está intrinsecamente ligado à transmissão de valores e crenças defendidos pelos círculos sociais que os indivíduos frequentam ou nos quais nascem. Ou seja, a essência da educação informal está na facilitação do processo de socialização.

Quando nos propomos a entender a feira livre como um espaço de educação informal, partimos da perspectiva do educador Paulo Freire (1989). Consoante o autor, precisamos romper com a concepção de que o conhecimento é transmitido apenas pela escola formal, e entender que o saber adquirido fora do estabelecimento formal de educação e por outros sujeitos não é inferior e não menos importante. Ao analisarmos a perspectiva freiriana, observamos quão desafiadora é a relação que os homens e mulheres estabelecem com a realidade social, econômica e política. Dependendo da maneira como esses sujeitos respondem a esses desafios, eles não só mudam a realidade, mas também a si próprios, (re) criam-se como sujeitos que são, capazes de refletir, fazer críticas, inventar, bem como decidir, desenvolvem a capacidade de organizar, agir, o que os torna criadores de cultura (Freire, 1980). Nessa direção, as práticas educativas presentes na feira não podem ser vistas apenas como repetições de determinadas atividades cotidianas, mas como ação que educa para a liberdade e a autonomia desses sujeitos.

Ademais, vale ressaltar que o educador Paulo Freire (2011, p. 29) defende “a educação como prática da liberdade”. Para ele, “[...] o conhecimento não é algo dado e acabado, mas um processo social que demanda a ação transformadora dos seres humanos sobre o mundo” (Freire, 2003, p. 111). Logo, é pensando nessa perspectiva que se estabelece uma relação entre os saberes e fazeres adquiridos e repassados pelos feirantes baseados em suas práticas cotidianas como uma forma de conhecimento realizado por meio dos processos espontâneos de uma educação informal observada a partir da construção de uma educação libertadora (Freire, 1980), capaz de instrumentalizar as camadas populares para lutar contra as relações opressoras do capitalismo mantidas em vários espaços e para que esses sujeitos (feirantes) possam ser, ao mesmo tempo, conscientes e politizados, sem ser oprimidos ou opressores (Freire, 2011).

Desse modo, a feira se constitui como um espaço de educação informal, posto que os saberes e fazeres dos feirantes podem ser compreendidos como processos educativos que são passados de geração em geração. Essa maneira de transmitir, receber e manter essa forma de conhecimento possibilita ao feirante a manutenção das atividades desenvolvidas no âmbito da feira, assim como responder aos desafios enfrentados mediante a sua realidade de vida. São múltiplos esses saberes, seja na sustentação de um modelo econômico predominante no sistema capitalista, seja gestão e administração do próprio estabelecimento comercial, uma vez que o comerciante produz, vende, porém ele também compra de um determinado produtor.

Constam também, na feira, as maneiras peculiares de medir, calcular, estimar, arredondar, as quais viabilizam o fazer a feira como fazer etnomatemático, entendido por Almeida (2009), que possibilita aos feirantes a resolução de seus próprios problemas ao fazerem a feira. A autora faz reflexões sobre os saberes e fazeres dos feirantes e fregueses como resultado da construção de um processo tecido em suas atividades dentro do espaço da feira e construídos através da cotidianidade. A autora ressalta em sua pesquisa a existência de conhecimentos matemáticos diversos, bem como preconceitos e relações de poder na consideração de um tipo de conhecimento como o único de valor, aquele que tradicionalmente é vinculado nos espaços formais – escolas e universidades – e situa a feira livre com campo de investigação para os saberes e fazeres numa perspectiva da etnomatemática.

Ainda podemos citar, nos estudos de Almeida (2009), a arte de dizer, pois esse também é um espaço onde são tecidas diversas práticas de divulgação das mercadorias, por meio de jocosidades, assim como os risos e as diversas performances corporais, que são desenvolvidas para atrair a atenção dos fregueses, podendo ser compreendidas como a linguagem do cotidiano. Destacam-se, ainda, as técnicas de conservação repassadas para os fregueses sobre os produtos vendidos pelos feirantes. A feira também é um espaço político, onde trabalhadores tornam-se sujeitos da história, ao construírem alternativas de sobrevivência.

Dessa maneira, a feira também se configura como espaço de conhecimento e autonomia desses sujeitos. Esses conhecimentos presentes nos saberes, fazeres e nas práticas cotidianas dos feirantes concebem outras maneiras de aprender e ensinar, em que a educação formal não foi a responsável por responder a todas as demandas sociais e econômicas dos sujeitos que fazem a feira. Ademais, podemos citar que esses sujeitos contribuem para o desenvolvimento e aprendizado, possuem um senso crítico, um reconhecimento de si e dos seus direitos e deveres como cidadãos.

Entendemos que todos esses elementos estão presentes na feira livre, e é justamente essa constatação que nos motiva a pensar e propor a análise desse espaço e das atividades que nele ocorrem como ações de aprendizagens espontâneas, isto é, como espaço de práticas educativas informais contidas no cotidiano, nas histórias e memórias que os feirantes trazem consigo. Assim, “[...] pensar e compreender o modo de viver das pessoas a partir das histórias construídas no decorrer das experiências vivenciadas no cotidiano, desde as mais simples até as mais complexas” (Cordeiro, 2013, p. 20), significa, ao mesmo tempo, compreender a importância desses sujeitos que trabalham e fazem a feira, em Caetité, no alto sertão da Bahia^{xvi}.

2. Considerações finais

A feira livre de Caetité, desde sua origem no Largo do Severino até sua localização atual na Praça do Mercado, se conforma como um espaço dinâmico que transcende a mera função comercial, assumindo um papel crucial na vida social, cultural e econômica da cidade. Em outras palavras, o espaço se configura como um microcosmo social, onde se entrelaçam as experiências, saberes e fazeres dos feirantes, fregueses e demais frequentadores. Trata-se de um ambiente de produção e reprodução de saberes e fazeres

diversos, desde técnicas de venda e negociação até conhecimentos matemáticos, linguísticos e corporais.

Sendo assim, a feira livre se configura como um espaço de reconhecimento e possibilidade para a compreensão das atuações dos sujeitos que ali figuram – seu cotidiano e suas práticas educativas informais. Percebe-se, no entanto, que o trabalhador/feirante age em uma estrutura que busca manter certa autonomia, mesmo que essas práticas educativas possam se passar quase de maneira imperceptível. Discutir os deslocamentos dos feirantes provocados pela transferência da feira, o cotidiano e as possibilidades da educação informal presentes no ambiente rico e diversificado da feira livre é também contribuir para a permanência dos saberes e fazeres no universo do trabalho dos feirantes. Analisar essas ações possibilita visibilizar o trabalho dos feirantes, a sua luta diária pela sobrevivência, a conquista do espaço e a constituição dos seus direitos na condição de cidadãos dentro da realidade precária do trabalho informal.

A feira, em sua essência, se estabelece como um verdadeiro território do saber, com a presença de um público infantil, juvenil, adulto e idoso, os quais repassam esses ensinamentos através da constituição das redes de sociabilidades entre os familiares, fregueses, amigos e outros feirantes que compõem o quadro da feira livre com base em diferentes histórias. Consequentemente, como destacado por Meihy e Ribeiro (2011), cada indivíduo dentro dessa rede é capaz de projetar socialmente sua identidade, compartilhando suas histórias não contadas anteriormente, mostrando, assim, suas inclinações políticas, posição social, formação cultural e contribuições econômicas para a comunidade em geral. Essas histórias serão contadas, em pesquisas futuras, por meio de entrevistas com feirantes, que potencializarão as narrativas do cotidiano, as experiências de trabalho e educação informal.

Referências

ALMEIDA, Shirley Patrícia Nogueira de Castro e. **Fazendo a feira:** estudo das artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático de feirantes e fregueses da Feira Livre do Bairro Major Prates em Montes Claros-MG. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Montes Claros, Montes Claros, MG, 2009.

ARAÚJO, Giovanna de Aquino Fonseca. Trajetória histórica conceitual sobre patrimônio imaterial e cultural no Brasil e em Portugal tendo as Feiras como lugar de investigação. In: Simpósio Nacional de História, 28, 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: Associação Nacional de História.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Saber e ensinar: três estudos de educação popular**. 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1986.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: Séculos XV-XVIII - v. 2: os jogos das trocas**. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2011.

CORDEIRO, Filomena Luciene Reis. **Universo Feminino: Academia Feminina de Letras de Montes Claros**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2013.

GOHN, Maria da Glória. 2006. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYydfQ/>. Acesso em: 22 jul. 2022.

FERREIRA, Thales Brandão. **Comunicação e marketing: um estudo das intenções comunicacionais entre os feirantes e fregueses na feira livre de Paripiranga-BA**. 2017. 167 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.

FREIRE, Paulo. **Conscientização, teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. Tradução de Kátia de Mello e Silva. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler**. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. Conscientização e libertação: uma conversa com Paulo Freire. In: FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. Disponível em: http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/A%C3%A7%C3%A3o_Cultural_para_a_Liberdade.pdf. Acesso em: 02 jul. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Editora Ática S.A., 1991.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MAGNANI, José Guilherme C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia Prático de História Oral**. São Paulo: Contexto, 2011.

MOTT, Luis Roberto de Barros. **“A feira de Brejo Grande: um estudo de uma instituição econômica num município sergipano do baixo São Francisco”**. 1975. 348 f. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade de Campinas. 1975.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma Comunidade Sertaneja: da Sesmaria ao Minifúndio** (um estudo da história regional e local). Salvador: UFBA/UEFS, 1998.

NEVES, Flávio. **Rescaldo de Saudades**. Belo Horizonte: Academia Mineira de Medicina, 1986.

PATRÍCIO, Maria Raquel. Educação formal, não formal e informal. **Em Literacias cívicas e críticas: refletir e praticar**, editado por Maria José Brites, Inês Amaral e Marisa Torres Silva Braga: CECS. p. 105-107, 2019. Disponível em: http://www.lasics.uminho.pt/ojs./index.php/cecs_ebooks/article/view/3195. Acesso em: 22 jul. 2023.

SANTOS, Helena Lima. **Caetité, “Pequenina e Ilustre”**. 1. ed. Salvador/BA: Escola Gráfica N. S. de Lorêto, 1976.

SANTOS, Helena Lima. **Caetité, “Pequenina e Ilustre”**. 2. ed. Brumado: Jornal Tribuna do Sertão, 1997.

SOUZA, Luís G. **Memórias de Economia**. A origem das feiras. Edição eletrônica. 2004. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/libreria>. Acesso em: 03 jul. 2023.

VEDANA, Viviane. **Fazer a feira: estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da Feira livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre**. 2004. 229 f. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2004.

VEDANA, Viviane. **No mercado tem tudo que a boca come: estudo antropológico da duração das práticas cotidianas de mercado de rua no mundo urbano contemporâneo**. 2008. 293 f. Tese de Doutorado (Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2008.

VEDANA, Viviane. Fazer a feira e ser feirante: a construção cotidiana do trabalho em mercados de rua no contexto urbano. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, a. 19, n. 39, p. 41-68, Jan./Jun., 2013.

WEBER, Marx. Conceitos e categorias da Cidade. In: VELHO, Otávio (org). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

Notas

ⁱ De acordo com Santos (2001, p. 35): “A cidade de Caetité situa-se na vertente oriental da Serra Geral, a 830 metros acima do nível do mar, e o município divide-se entre a zona das caatingas e a dos gerais, duas regiões distintas. A ocupação da região, segundo a tradição, remonta ao século XVIII, quando colonos portugueses se fixaram no Sítio do Caitates, que se tornou lugar de pouso de viajantes, sertanistas e bandeirantes, em busca do ouro e do comércio de gado”.

ⁱⁱ Não foi encontrado até o momento nenhum registro fotográfico da feira quando esta funcionava na Praça da Cadeia ou Largo do Alegre.

ⁱⁱⁱ Mercado Público Municipal de Caetité.

^{iv} Data da inauguração 1º de abril de 1966, sob a gestão do prefeito municipal José Neves Teixeira.

^v Referência do novo local ainda sem nome que instalaria a feira livre em Caetité no ano de 1966 (Santos, 1997, p. 297).

^{vi} Transcrição na íntegra das memórias escritas do Mons. Osvaldo Pereira de Magalhães, Vigário Geral. Livro de Tombo da Paróquia de Santana da Sé de Caetité, ano 1966, 1º de abril, p. 8.

^{vii} Como a pesquisa está na fase inicial, optou-se por não divulgar os nomes das mulheres feirantes que nos concederam entrevistas sobre o seu trabalho na feira livre de Caetité. Elas serão identificadas como feirante 1, feirante 2 e feirante 3, como forma de preservar suas identidades.

^{viii} Entrevista com a feirante 1.

^{ix} Entrevista com a feirante 2.

^x Entrevista com a feirante 3.

^{xi} Entrevista com a feirante 1.

^{xii} Fotografia encontrada na internet, sem data e sem registro do fotógrafo, mas pela construção do mercado pode-se dizer que ela foi tirada a partir de 1966, ano que marca a inauguração do mercado público.

^{xiii} A fotografia não apresenta nenhuma datação, mas trata-se do espaço que compreendia a feira.

^{xiv} Todas essas informações presentes na pesquisa só foram possíveis porque “colhi memórias de velhos” (Bosi, 1994, p. 12), pois “neste momento da velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar. A de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade” (Bosi, 1994, p. 63). Essas memórias devem ser compreendidas como um fator social com relação entre o individual e o coletivo, pode-se dizer ainda que a memória se processa o tempo todo, culminando com novos cenários e redefinindo o papel do sujeito, como refletiu Maurice Halbwachs em *A memória coletiva* (2013). Ademais, vale ressaltar as conversas, os momentos de escuta das narrativas dos feirantes, bem como a dinâmica comercial, o trabalho e o cotidiano de quem faz a feira.

^{xv} Segundo Certeau (2011, p. 19): “É sempre bom recordar que não se devem tomar os outros por idiotas. Nesta confiança posta na inteligência e na inventividade do mais fraco, na atenção extrema à sua mobilidade tática, no respeito dado ao mais fraco, sem eira e nem beira, móvel por ser assim desarmado em face das estratégias do forte, dono do teatro das operações, se esboça uma concepção política do agir e das relações igualitárias entre um poder qualquer e seus súditos”.

^{xvi} Definido por Neves (1998) da seguinte maneira: “geralmente definem a região de modo pouco precisa, física ou socioeconomicamente, como área que se pretende delimitar, com critérios

parciais da espacialidade, que recortam a base física: região semiárida, demarcada por fenômenos climáticos, região do sertão, caracterizada pela morfologia da vegetação, região do Alto Sertão da Bahia, referenciada na posição relativa ao curso do Rio São Francisco na Bahia e ao relevo baiano, que ali projeta para maiores altitudes” (Neves, 1998, p. 22).

Sobre os autores

Jumara Carla Azevedo Ramos Carvalho

Doutoranda em Desenvolvimento Social pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) – UNIMONTES/MG, mestre em História (PPGH/UNIMONTES-MG), pós-graduada em: Práticas Docentes Interdisciplinares (UNEB-Campus VI); Gestão do Trabalho Pedagógico (FACINTER – Polo Caetité-BA); Metodologias Inovadoras Aplicadas à Educação – na área de Ciências Humanas e suas Tecnologias (FACINTER – Polo de Caetité-BA); Filosofia Contemporânea (UESC). Graduada em História (UNEB) e em Educação Física (UNOPAR – Polo Caetité – BA). Professora da rede municipal e estadual de ensino. Integrante do Grupo de Pesquisa “Educação Integral na escola e na sociedade: sujeitos, territórios, dimensões e interfaces (<http://dgp.cnpq.br/dgp>) coordenado por Jaqueline Moll. E-mail: jumaracarla@yahoo.com.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1745-6090>

Daniel Coelho de Oliveira

Doutor em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Ministra disciplinas nas áreas de sociologia clássica e contemporânea, sociologia da alimentação e sociologia rural. Como pesquisador, vem desenvolvendo pesquisas sobre tendências da alimentação contemporânea, politização do consumo, sistemas agroalimentares e desenvolvimento rural. Professor no Departamento de Ciências Sociais da UNIMONTES, Professor permanente do Mestrado Associado UFMG-UNIMONTES em Sociedade, Ambiente e Território e do Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Social da UNIMONTES. Coordenou o GT Sociologia da Alimentação, no 21 Congresso Brasileiro de Sociologia (2023). É sócio da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e da Red de Humanidades Digitales (RHD). Membro da Câmara de Ciências Sociais Aplicadas (CSA) da FAPEMIG (Julho/2022-Atual). Bolsista BIPDT da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG (2024-2025). Atualmente é Pró-reitor Adjunto de Pós-graduação da UNIMONTES. E-mail: daniel.oliveira@unimontes.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2565-6551>

Recebido em: 19/05/2024

Aceito para publicação em: 07/06/2024